

# “Família Compactor?”:

a relação da Companhia de Canetas  
Compactor com os trabalhadores no  
processo de industrialização de Nova  
Iguaçu (1954-1974)

“Compactor’s Family?”: the relation  
of the Companhia de Canetas  
Compactor with the workers  
in the process of Nova Iguaçu  
industrialization (1954-1974)

**CAROLINA BITTENCOURT MENDONÇA**

Mestre em História Social pela Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
[bittcarolina@gmail.com](mailto:bittcarolina@gmail.com)

---

**RESUMO:** Este trabalho tem a pretensão de analisar a trajetória da Companhia de Canetas Compactor no processo de industrialização de Nova Iguaçu. Durante a pesquisa nos dedicamos a investigar o projeto paternalista idealizado pelos patrões chamado "Família Compactor", buscando o processo de construção dessa ideia. Decidimos então analisar a relação entre trabalhadores e patrão, evidenciando os conflitos que permeavam esse vínculo. Para chegarmos aos nossos objetivos utilizamos como fontes entrevistas realizadas com trabalhadores ativos e aposentados, periódicos e documentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**PALAVRAS-CHAVE:** Companhia de Canetas Compactor; Nova Iguaçu; trabalhadores.

**ABSTRACT:** This paper intends to analyze the trajectory of Companhia de Canetas Compactor in the process of industrialization of Nova Iguaçu. During the research we dedicated ourselves to investigate the paternalistic project conceived by the bosses called "Compactor Family", seeking the process of construction of this idea. We then decided to analyze the relationship between workers and boss, evidencing the conflicts that permeated this link. To reach our objectives, we used as sources interviews with active and retired workers, periodicals and official Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) documents.

**KEYWORDS:** Companhia de Canetas Compactor; Nova Iguaçu; workers.

A criação da Compactor no Brasil está inserida na relação entre dois empresários alemães, Reynaldo Bluhm e Paul Buschle. O primeiro era proprietário de editora e livraria no Brasil, e revendia canetas tinteiro como artigos de luxo. Do outro lado, Buschle possuía uma pequena fábrica de canetas tinteiro (até então *Compaktor*) em Wuppertal, na Alemanha. O primeiro acordo entre os empresários consistiu em trazer para o Brasil uma remessa das canetas Compactor, para testar se havia a possibilidade de concorrer com as canetas americanas e europeias com marcas já consolidadas. A distribuição deu certo e o segundo acordo firmado entre Bluhm e Buschle teve como principal objetivo produzir a caneta em solo brasileiro. Em 1954, é formada a sociedade entre Reynaldo Bluhm, Paul Buschle, Erich Buschle e Adolfo Niecele e a Companhia de Canetas Compactor é criada.

O próximo passo foi a aquisição do terreno e o início da construção do parque industrial. A fábrica foi, então, instalada às margens da Rodovia Presidente Dutra, no Quilômetro 181, cujo terreno foi adquirido em 1954. O local era ideal dentro da conjuntura de desenvolvimento da industrialização visto que, construir uma fábrica próxima à uma grande rodovia seria fundamental para o deslocamento da produção. Na transação de compra dos terrenos, foram adquiridos dois lotes, um ao lado do outro. Portanto, a empresa já estaria preparada para aumentar o complexo fabril, caso fosse necessário. O complexo demorou cerca de um ano para ficar pronto e, por isso, a produção começou somente no ano de 1955. Nesse intervalo de tempo, a Compactor continuou investindo no fortalecimento da marca no Brasil, trazendo as canetas tinteiro da Alemanha para comercializá-las no Rio de Janeiro.

As obras de construção do complexo já se encontravam no fim e o momento era o ideal para começar a compor o quadro de funcionários. Assim como no caso da Bayer do Brasil, em Belford Roxo (CARVALHO, 2015), a intensa migração do norte e nordeste não foi suficiente para o trabalho inicial. Se fez necessária a presença de alguns alemães especializados no ofício para compor o quadro inicial. No caso da Compactor, os funcionários que chegaram da Alemanha eram técnicos reconhecidos como “jovens talentos” em sua região, e tinham como objetivo ensinar o trabalho para os operários recém-contratados.

Durante os primeiros anos da fábrica, o serviço era apenas de montagem, posto que as matérias-primas ainda não eram fabricadas no Brasil e esta atividade se deu até quase o final dos anos 1960. A produção das esféricas começaria somente na década seguinte. Por isso, o quadro de funcionários nos primeiros anos possuía uma quantidade pequena de trabalha-

dores. A entrevistada Miriam da Rocha Azeredo conta que quando ingressou na fábrica para trabalhar no almoxarifado, em 1957, havia 17 funcionários no total. Na década seguinte, a fábrica atingiu cerca de 140 funcionários. As duas primeiras décadas de funcionamento da fábrica testemunharam o aumento da produção da empresa com a consequente presença cada vez mais intensa do patrão Buschle, que almejava colocar em prática seu projeto paternalista como estratégia de dominação dos trabalhadores.

O desenvolvimento da Compactor foi consideravelmente rápido para uma indústria que começou pequena, como pioneira no ramo das canetas-tinteiro no Brasil, e se deu em paralelo à aceleração do crescimento industrial do país. As políticas promovidas pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o objetivo de estabelecer uma economia industrial madura, contribuíram diretamente para que as indústrias que se estabeleceram pouco antes do início do seu mandato presidencial pudessem se beneficiar desse impulso. Durante os anos 1960 e 1970, a fábrica aumentou suas vendas e sua produção, consolidando-se como uma grande indústria brasileira situada na Baixada Fluminense. Paralelamente a esse crescimento da empresa, iniciou-se a construção da ideia de “família Compactor”, projeto paternalista idealizado por Erich Buschle, com o objetivo de manter os trabalhadores sob as rédeas do patrão. Num primeiro contato com a realidade da empresa, nos pareceu que esse projeto de paternalismo industrial havia sido posto em prática plenamente e conquistado seus objetivos. No entanto, ao analisarmos as estruturas das relações de trabalho da empresa e o papel dos trabalhadores no seu interior, percebemos como a “família Compactor” era frágil.

## A Compactor e o assistencialismo

A Compactor completou, recentemente, 60 anos de atividades. Por ter permanecido ao longo de todos esses anos produzindo no mesmo local, a fábrica construiu uma relação muito particular com o bairro que se formou ao seu redor e, em muitas ocasiões, os dois se misturam no imaginário dos moradores. Os exemplos dessa simbiose vão desde a escandalosa sirene que marca as trocas de turnos na fábrica e o passar do tempo no dia-a-dia do local, ao fato do nome do bairro ser desconhecido por boa parte da população de Nova Iguaçu que insiste em chamá-lo de “Compactor”, como fazem os próprios moradores. Outro forte sinal no mesmo sentido é o fato de nomes

relacionados à fábrica estarem presentes por todo o espaço do bairro: praça Paul Bluhm, Escola Compactor, Alameda Paul Buschle.

Embora a sociedade da Companhia de Canetas Compactor tenha sido formada por quatro homens, sendo apenas dois deles da mesma família, a figura do patrão sempre foi exercida pelos Buschle, principalmente pelo irmão mais novo Erich Buschle. O empresário morou exatos sessenta anos na mesma casa, no Jardim Iguazu. Frequentou intensamente todos os lugares de sociabilidade do bairro: festas de rua, igreja, centro comercial. No entanto, o local em que essa presença era mais marcante, até porque diária, era nas diferentes seções da fábrica.

Segundo Perrot (2010), um dos traços que caracterizam o paternalismo industrial é a presença física do patrão nos locais de produção. Porém, conforme também registrado em outros casos analisados pela historiografia brasileira (FORTES, 2004; FONTES, 1997; LOPES, 1988; RAMALHO, 1989; RIBEIRO, 2015), a relação paternalista de Erich Buschle com seus operários não ocorria somente no espaço interior da fábrica, ela se estendia por todo o bairro. A ideia de “família Compactor”, com a qual nos deparamos em praticamente todas as nossas fontes — escritas e orais — foi amplamente difundida nas duas primeiras décadas de atividade da fábrica, que coincidem com o período de crescimento produtivo da empresa. A política assistencialista voltada para os operários, e até mesmo para os moradores que não eram funcionários, foi ponto chave para a construção dessa ideia familiar, “na linguagem familiar o patrão é o pai, e os operários os filhos, na concepção do emprego que o patrão deve assegurar aos operários, na prática cotidiana do patronato.” (PERROT, 2010, p. 32).

A política assistencialista tem início em 1956, quando a empresa promoveu a contratação de um médico e uma enfermeira para realizar um trabalho de saúde preventiva. A ex-funcionária Miriam Azeredo relata que a assistência era bem básica, visto que a produção ainda era muito pequena e a fábrica possuía poucos funcionários. À medida em que a Compactor ia se desenvolvendo, o número de funcionários e a população da região iam aumentando e, num determinado momento, os profissionais de saúde contratados não eram mais suficientes para atender a todos. O bairro Jardim Iguazu carecia de qualquer forma de assistência pública ou privada. Portanto, durante a década seguinte, a empresa intensificou o assistencialismo inaugurado timidamente nos anos 1950. A compra do terreno para construção da fábrica contava com uma área despovoada no entorno para que fossem feitas as expansões à medida que se tornassem necessárias. Nos anos 1960, começam

as obras que contribuiriam para disseminar a imagem de Buschle como um padrão benfeitor.

A primeira construção realizada na área de três hectares que a Companhia de Canetas Compactor adquiriu após a sua fundação foi uma creche completa para os filhos dos funcionários, no início da década de 1960. Em junho de 1963, foi inaugurada a Escola Municipal Canetas Compactor, o primeiro estabelecimento de ensino primário promovido por uma firma industrial, produto de um convênio entre a empresa e a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. A escola foi instalada em terreno e prédio próprio da Compactor, ao lado da fábrica, com 120 alunos matriculados. A escola ofertava matrículas prioritárias para filhos de empregados e mantinha vagas extensivas às crianças residentes no bairro e proximidades.

Em 1964, no que restou do terreno, foi construído uma tímida vila, com cercas e portões, que continha apenas duas dezenas de casas destinadas a alguns funcionários da fábrica. Essas habitações seguiam a hierarquia presente dentro do parque industrial da Compactor e eram destinadas aos chefes de seção, contramestres e técnicos, excluindo qualquer operário subalterno de concorrer a tal benefício. Esse primeiro conjunto ainda não era o idealizado por Erich Buschle, pois, com poucas casas, não seria possível consolidar a ideia de “bairro Compactor”, transformando o entorno em uma extensão da fábrica.

Porém, um projeto tão ambicioso e pretensioso como esse não poderia acontecer de forma tão rápida. Portanto, ao longo dos primeiros anos de atividade do parque industrial, a Compactor adquiriu estrategicamente diversos terrenos na região, visando construções futuras. Além disso, também comprou diretamente dos proprietários algumas pequenas casas, que eram oferecidas aos funcionários que não tinham casa própria ou que não moravam nas proximidades, mediante o pagamento de um aluguel descontado em folha, como no caso de Ana Maria, que teve a oportunidade de morar por um longo período em uma residência da Compactor, pois seu marido era motorista da fábrica. No entanto, quando se encontrou viúva, não quis continuar com o benefício, visto que naquela família já não havia nenhum funcionário da Compactor. Romildo, o esposo falecido, residiu com sua família em casas da Compactor mediante desconto mensal em seu holerite até falecer. A entrevistada nos confidenciou que, embora à época tivesse um bom relacionamento com Erich Buschle, jamais aceitaria morar de favor na casa, com a justificativa de que não ficaria satisfeita em criar uma dívida com o antigo padrão do marido: “Vai que ele pede pro meu filho trabalhar lá?”.

Num domingo de setembro de 1964, o *Jornal do Brasil* editou um suplemento especificamente para o município de Nova Iguaçu e o dedicou à Compactor em função do grande sucesso de vendas que a companhia vinha obtendo. O periódico afirmava, de forma bastante ufanista, que “as mais belas páginas da história da evolução industrial do Brasil, inegavelmente, foram escritas por empresas como a Compactor”. O sucesso de uma indústria instalada em uma região até então pouco urbanizada como a Baixada Fluminense contribuiu para fortalecer duas ideias bastante difundidas na região durante o período. A primeira era de que o “progresso” estava chegando à região de Nova Iguaçu. A segunda de que qualquer mudança estrutural no bairro Jardim Iguaçu se devia à Compactor. O primeiro pensamento foi — e ainda é — amplamente propagado por trabalhadores e moradores do bairro. A frase “A Compactor levou o nome de Nova Iguaçu para o resto do Brasil!” está presente em todas as conversas e entrevistas realizadas durante nossa pesquisa.

Quando o Conjunto Habitacional Compactor — que teve seu projeto de 178 casas produzido pelo engenheiro Adolfo Nieckele, sócio da empresa e membro da diretoria naquele momento — foi inaugurado em 1970, os Buschle acreditaram que tal acontecimento seria a cereja do bolo da família Compactor, visto que, após esse período, nenhum outro benefício tão significativo veio a ser implantado. O financiamento da iniciativa ficou por conta do Banco Nacional de Habitação e a Compactor cedeu o amplo terreno para a construção do conjunto “dotado de praças de recreação, ruas amplas, escola para 300 alunos e 178 residências.” (REVISTA IGUAÇU-NEWS, Ano II, n. 19, agosto de 1970).

Essa parceria entre a Compactor e o Banco Nacional de Habitação, assim como o convênio do município de Nova Iguaçu com a fábrica para a construção da Escola Compactor, nos mostra como as políticas sociais promovidas pela fábrica, embora tenham sido direcionadas de forma prioritária para seus funcionários, não atingiram somente aos trabalhadores. Diferentemente do clássico modelo de vila operária construída pela fábrica para os operários, o Conjunto Habitacional Compactor contemplou qualquer pessoa que pudesse arcar com o financiamento de um imóvel próprio. No entanto, como no caso da escola, os funcionários tiveram prioridade no processo de aquisição. Mas, empregados na fábrica ou não, os compradores recebiam as casas prontas com escritura e um financiamento de 15 anos, com um valor equivalente a dez por cento do salário mínimo do período. Embora não fosse tão usual, a partir dos anos de 1920 o subsídio estatal, não apenas para a

implantação de fábricas (isenções fiscais), mas também para construção de núcleo fabris e vilas operárias, passou a ocorrer com mais frequência (CORREIA, 2003). Essa “atuação” do Estado em parceria com indústrias se deu de diversas formas. Acreditamos que o caso da Companhia de Canetas Compactor se encaixe na concepção de que o Estado se absteve em relação à prestação de serviços básicos e, portanto, a parceria entre Estado e empresa

(...) fazia-se pela omissão do primeiro, na medida em que os detentores de cargos públicos não costumavam impedir a indústria de “fazer leis” válidas nos limites de seu núcleo fabril, impondo regulamentos — referentes a uso dos espaços coletivos, ao consumo, às normas de conduta, à circulação e ao uso do tempo — e punições aos que os infringissem. (CORREIA, 1998, p. 3).

A ideia de omissão do Estado se mostra de forma clara quando, na primeira década de funcionamento da fábrica, as primeiras intervenções no Jardim Iguaçú são feitas pela Compactor: a Associação Atlética, a creche, o pequeno conjunto com 12 casas e a construção de um centro comercial. Tais ações contribuíram para a construção de uma memória, que hoje se encontra enraizada, de que a família Buschle foi a responsável pela transformação do bairro de região rural para região urbanizada. Mesmo que as edificações mais importantes tenham sido construídas através de parcerias com o município de Nova Iguaçu, no caso da escola, e com o Governo Federal, no caso do conjunto habitacional.

A partir de uma análise mais profunda, podemos compreender essa política social assistencialista promovida por uma empresa como um mecanismo de dominação, dentro de um sistema de paternalismo industrial onde a fábrica trata a questão do controle da mão de obra como algo essencial para o processo produtivo. Essas políticas visam o aumento da produtividade, baseado na viabilização de melhores condições de vida para seus empregados, o que reforça o discurso ideológico capitalista, ao fortalecer a ideia de que a fábrica está provendo os benefícios que o próprio governo não fornece. Nesse contexto, à medida que as fábricas eram instaladas às margens da rodovia Presidente Dutra e conquistavam algum progresso produtivo, iam se apropriando da vizinhança, na tentativa de construir um clássico sistema paternalista, adaptado à realidade regional.<sup>1</sup>

No entanto, nosso objetivo não é cair nas garras de uma análise simplista do sistema paternalista que reduz a participação do trabalhador a mero

“aceitador” do sistema, sugerindo sua imobilidade ou passividade. Partimos então da reformulação da teoria das classes sociais proposta por Savage (2004) para fundamentarmos uma análise mais complexa e consistente do fenômeno do paternalismo:

o traço distintivo da vida operária não se apoia exclusivamente no processo de trabalho (como frisaram os marxistas) nem no mercado de trabalho (como desejariam os weberianos), mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores. (SAVAGE, 2004, p. 33).

Savage também chama atenção para a importância de analisarmos o cotidiano da vida operária, compreendendo a rotina de incertezas e insegurança estrutural em que o trabalhador está inserido. Desse ponto de vista, todo o espaço do bairro deve ser analisado de forma profunda. A insegurança estrutural a que o operário da Compactor esteve submetido, com ausência de serviços básicos para sobrevivência como saneamento, saúde, educação e lazer, influenciou diretamente na sua resposta frente à postura paternalista da fábrica.

## A “família Compactor” na fala dos trabalhadores

Nossos entrevistados chegaram ao bairro em momentos diferentes e por motivos distintos, no entanto, num determinado momento da vida, suas trajetórias se entrelaçaram com a da Companhia de Canetas Compactor. A senhora Miriam nos contou sobre a experiência de ter trabalhado nos primeiros anos de funcionamento da fábrica, quando a produção se limitava à montagem das canetas tinteiro a partir dos materiais importados da Alemanha. De acordo com a entrevistada, as relações pessoais na fábrica começaram a ficar mais intensas a partir de 1960, quando os componentes das canetas tinteiro e esferográfica passaram a ser produzidos pela própria Compactor. Surgiu, então, a necessidade de a fábrica instalar uma seção de mecânica mais desenvolvida, o que resultou na contratação de mais funcionários.

Nesse contexto se insere o início da trajetória de Francisco Ferreira da Silva na empresa. Nascido em Aracaju, em 1942, o atual funcionário aposentado da Compactor migrou para o Rio de Janeiro em 1945. O aposentado relata, com muito orgulho, como agarrou a única oportunidade que lhe apareceu, que foi ingressar no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

(SENAI) com 13 anos de idade. Assim que se formou, foi direcionado pela instituição para trabalhar em duas fábricas, uma delas a Compactor, que escolheu como empregadora por lhe oferecer a possibilidade de trabalhar na profissão escolhida: mecânico ajustador.

Nos primeiros anos de funcionamento da fábrica, o objetivo, em virtude do custo, era contratar funcionários jovens em busca do primeiro emprego. Entretanto, a empresa dava preferência para os que residiam próximo ao parque fabril, no bairro Jardim Iguaçu ou nos bairros mais próximos. Para Francisco, seu caso foi uma exceção nesses primeiros anos:

A Compactor alugava um quartinho pra mim, pra eu poder ficar durante a semana, no Juriti [bairro próximo, também às margens da Dutra]. (...) Aqui no nosso bairro não tinha nada, era só a fábrica mesmo na beira da Dutra. (Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016).

Ele afirma que não ficou nem um ano morando no quartinho. Como era ainda um rapaz “de treze pra quatorze anos”, sentia falta da família. Seus pais se desfizeram de tudo o que tinham em São Gonçalo e partiram para Nova Iguaçu. Compraram um terreno no Jardim Iguaçu, bem próximo à Compactor e construíram sua casa.

José Américo Azeredo que, desde que migrou do Norte Fluminense para a Baixada Fluminense, reside no bairro Cerâmica, bem próximo ao parque fabril da Compactor, foi perguntado sobre sua experiência de trabalho na empresa e se ficou satisfeito em se aposentar pela Compactor. O aposentado então respondeu:

Não trabalhei em nenhum outro lugar, fica difícil responder. Mas eu gostei sim, o Seu Buschle foi um bom patrão. Ele era um pouco grosseiro, mas o pessoal entendia, eram os costumes alemães. (Entrevista concedida por José Américo de Azeredo à autora em dezembro de 2015).

Em linhas gerais, o patrão alemão é descrito pelos trabalhadores como sério, firme, duro, mas sempre disposto a resolver o problema do funcionário. A imagem de Buschle costuma ser lembrada pelos moradores do bairro sempre como o benfeitor do Jardim Iguaçu. Pouco se comenta sobre a postura do patrão dentro da fábrica, apesar dos registros de que sua presença na linha de produção era diária. Os entrevistados falam de forma bastante es-

pontânea sobre as ações de Erich Buschle como dono da Compactor e provedor de políticas sociais para o bairro. Somente quando questionados sobre a atuação do empresário como patrão, alguns dos entrevistados tratam do assunto um pouco mais profundamente. O termo mais utilizado para descrevê-lo foi ‘justo’, o que indica a força da imagem paternalista produzida pela empresa. No entanto, à medida que os relatos sobre o cotidiano do trabalho se tornam mais detalhados, é possível perceber algumas contradições nessas falas. Tomemos como exemplo o casal José Américo Azeredo e Miriam Azeredo.

Os antigos funcionários nos contaram que se conheceram na fábrica, Miriam ingressou em 1957 e José Américo em 1959. Erich Buschle proibia os funcionários de manterem relações amorosas e, por isso, eles tiveram que esconder do patrão o início do relacionamento. Quando decidiram casar, Miriam teve que sair da fábrica. A ex-funcionária conta que não ficou chateada porque queria engravidar e acreditava ser melhor para ela sair do emprego. Entretanto, ela deixou escapar que o próprio patrão não cumpriu a regra que ele mesmo estabeleceu, pois se envolveu com uma colega sua do almoxarifado. Posteriormente, a colega de trabalho acabou se tornando esposa do patrão. Miriam então se arrependeu de ter “pedido as contas” sem brigar por seu emprego.

A forte presença do patrão na produção despertava sentimentos ambíguos nos trabalhadores. Rildo Rodrigues Duarte, filho de um ex-auxiliar de serviços gerais da fábrica e trabalhador há quase 17 anos na Compactor, afirma que “quando ele [Buschle] estava num dia bom, não tinha problema ele aparecer”, sugerindo que a relação dentro da fábrica dependia do humor do patrão.

José Américo, chefe de seção aposentado, entende que era bom o patrão visitar a produção e cumprimentar os funcionários. De acordo com o entrevistado, os operários estavam ali *por* ele, trabalhando *para* ele e, por isso, nenhum mal fazia ele demonstrar que conhecia e se importava com seu pessoal. No entanto, o excesso da presença causava incômodo. Os operários se sentiam intimidados, ficavam preocupados, receosos e acabavam se atrapalhando no serviço, o que poderia causar até mesmo algum tipo de acidente. Nas palavras de José Américo

Uma vez nós estávamos com um pedido grande e que tava dependendo boa parte do meu setor, e toda hora ele [Buschle] chegava lá pra ver como estava. O pessoal que trabalhava comigo, os funcionários, na hora que ele chegava, um esbarrava no outro, tropeçava um no outro. Eu virei

pra ele e disse assim: “Seu Buschle, o senhor vai me dar licença, eu preciso falar uma coisa, o senhor está atrapalhando a produção. O senhor não tá vendo que tá todo mundo igual barata tonta aqui? Se o senhor se afastar... Que horas o senhor quer isso pronto? 18 horas? Então 18 horas vai estar tudo pronto!” (Entrevista concedida por José Américo Azeredo à autora, em 2015).

De acordo com os relatos, o empresário estava sempre nos arredores da produção fiscalizando, embora não houvesse necessidade de o patrão visitar tão frequentemente a produção, já que existia um engenheiro técnico responsável pela mesma, Paul Johann Kuner, trazido da Alemanha pelos próprios Buschle, em 1963. Paulo Kuner, como ficou conhecido, era muito considerado pelos funcionários. E, segundo Francisco — que no início dos anos 1960 havia sido transferido do setor mecânico para a produção, no cargo de encarregado —, até o início dos anos 1970, o ambiente do setor produtivo era bom por causa da presença do engenheiro alemão: “Esse cara, o Paulo Kuner, era muito compreensivo, era um cara muito humano. Com ele, todos da produção se davam muito bem.” (Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016).

A transformação no ambiente ocorreu nos anos 1970, quando o sobrinho de Erich Buschle, filho de seu irmão falecido, que comandava a fábrica na Alemanha, veio para o Brasil. Paul Buschle faleceu no final dos anos 1960 e o filho, Dieter Buschle, não conseguiu equilibrar as contas da empresa. Preferiu fechar a fábrica alemã e migrar para o Brasil para trabalhar com o tio na Companhia de Canetas Compactor. Entretanto, os entrevistados que conviveram com Dieter Buschle relataram que o novo diretor era uma pessoa de difícil relacionamento e que isso prejudicou o ambiente de trabalho.

Francisco nos contou como se sentiu perseguido por Dieter Buschle por conta de sua postura com os operários da produção. O encarregado aposentado afirmou que defendia o pessoal da produção da exploração de Dieter e que, por isso, o diretor o perseguiu. Questionado sobre a postura de Erich Buschle, Francisco diz que o patrão viu os funcionários serem explorados pelo sobrinho e nada fez para corrigir a situação. Entretanto, supostamente, com os encarregados, o patrão agia de forma diferente. Erich Buschle sabia a importância de ter uma relação de confiança com os encarregados, visto que cada um deles era responsável por dezenas de operários. Francisco afirma com orgulho que sempre interveio pelo grupo de operários que comandava, no qual exercia liderança, principalmente, por terem vindo todos do mesmo

lugar, já que a grande maioria era de outro estado e de origem pobre. A atuação dos encarregados e chefes de seção era uma das peças mais importantes da engrenagem da família Compactor.

Além de não ter bom relacionamento com funcionários de diversos setores, especialmente os operários da produção, Dieter também não era considerado um bom profissional. De acordo com José Américo, o sobrinho do patrão gostava de se vangloriar pela experiência que adquiriu comandando a fábrica na Alemanha. No entanto, a avaliação dos trabalhadores era de que o alemão não dominava todos os processos da produção e se sentia perdido dentro da fábrica, descontando sua frustração nos operários. Para José Américo, ele fazia parte da família Buschle, mas não da família Compactor.

Apesar de ter se desgastado com o tempo, a boa relação entre patrões e empregados — tanto almejada pelo projeto de família criado pelos Buschle — durou tempo suficiente para produzir um afastamento dos funcionários em relação ao sindicato da categoria. O sindicato era considerado omissivo, ausente, visto que a única atuação da organização se dava na discussão sobre reajustes e aumentos salariais. E, de acordo com as entrevistas e com algumas notas publicadas em jornais, aparentemente a Compactor nunca teve muitos problemas em atender as demandas salariais pautadas pelo sindicato. Quanto menor o conflito, melhor para a empresa, que dessa forma acreditava conseguir dobrar o funcionário e afastar o sindicato.

Acreditamos que o projeto paternalista da família Compactor, idealizado pela fábrica, durante um bom tempo, se mostrou muito forte e que isso de fato contribuiu diretamente para manter os trabalhadores distantes do sindicato. Os aposentados José Américo e Francisco nos contaram que constantemente eram chamados de revoltados pelas pessoas de dentro da fábrica, pois estavam sempre ao lado dos operários nas reivindicações e nos piquetes. Estes acreditavam que deveriam estar ao lado dos funcionários em todos os momentos e, por isso, sempre agia de acordo com a decisão do grupo de trabalhadores. Entretanto, os piquetes nunca faziam muito barulho e rapidamente eram contornados. O sindicato se mostrou consideravelmente ausente em diferentes momentos. Acreditamos que, devido a intensa política paternalista da fábrica, o sindicato pode ter optado por agir de forma mais distante para que os funcionários não fossem prejudicados nem sofressem represálias, deixando então que os empregados agissem de forma mais autônoma. No entanto, os funcionários interpretavam a situação de outra forma, culpando a proximidade da Bayer pela ausência do sindicato. Nas palavras de José Américo:

O sindicato naquela época era um bando de pelegos! [...] Presidente do sindicato era só quem trabalhava na Bayer. Por que? Porque quem vota são os empregados, que são associados, e com aquele número imenso de funcionários elegia sempre os caras de lá. (Entrevista concedida por José Américo Azeredo à autora, em 2015).

Portanto, o sindicato era considerado ausente pelos funcionários por defender sempre os interesses dos empregados da Bayer, visitando os da Compackor somente em momentos de campanha eleitoral. Os aposentados entrevistados nos confessaram que um funcionário da Compackor dificilmente seria eleito para algum cargo de diretoria do sindicato. E, se aprofundarmos mais a análise, provavelmente caberia aqui desenvolver um estudo de gênero, visto que boa parte da produção era formada por operárias. Isto é, a chance de se eleger algum funcionário da Compackor para a diretoria do sindicato era provavelmente pequena, pois sabemos que historicamente as mulheres são privadas de ocuparem cargos de destaque na estrutura sindical. Muito embora o que não faltava na Compackor eram reivindicações específicas das operárias.

Inez Sosa nos contou que os setores da produção que eram menos automatizados e mais manuais eram compostos por mulheres e eram os setores onde mais aconteciam os serões. A justificativa era que as operárias chegavam na fábrica e tinham de fazer serviços considerados “femininos”, mas que não eram de sua atribuição funcional, como lavar banheiros, limpar e abastecer as máquinas de café. Consequentemente, as operárias acabavam dando início ao seu turno com atraso e, por isso, precisavam fazer horas extras praticamente todos os dias.

Mas é aquilo né, tu é descontada, a medida que tu tá fazendo outra coisa que não é a produção eles descontam. [...] Vamos supor, eu cheguei, fui limpar a máquina (de café), fui fazer o café, fui fazer mais não sei o que, demorei duas horas, quando eu sentei pra fazer a produção tenho que contar e anotar quando comecei, a gente tinha que produzir oito horas por dia. [...] Eu chegava em casa com as mãos desse tamanho assim (inchadas), tinha que colocar na água com sal e gelo pra desinchar um pouquinho e eu poder fazer as coisas de casa. Os pés ficavam inchados também, porque um minuto que tu vai no banheiro, tu já perde a produção. É tudo muito corrido. (Entrevista de Inez Sosa de Camps concedida à autora, em agosto de 2015)

Isso era motivo de insatisfação para boa parte das operárias, visto que a maioria, incluindo Inez Sosa, cumpria a dupla jornada, trabalhando fora e, também, realizando tarefas domésticas. Na prática, estabelecia-se uma tripla jornada, à medida que mesmo dentro do espaço fabril as mulheres acumulavam sua função de operárias com atividades reprodutivas similares às que desempenhavam no âmbito doméstico.

Aos poucos, podemos perceber as contradições e os conflitos dessa relação paternal dos Buschle com os funcionários. O projeto de família Compactor propagava a ideia de que todos estariam incluídos de forma harmoniosa. No entanto, na prática, percebemos que o relacionamento não era tão simples e nem todos demonstravam a satisfação que os jornais propagavam e que se faz presente até hoje no imaginário da população.

Ao questionarmos os entrevistados se existia o desejo de que seus filhos trabalhassem na Compactor, praticamente todos responderam de forma negativa. A exceção foi Rildo Rodrigues Duarte, detentor de uma trajetória distinta. Rildo possui 34 anos e é o segundo de um total de quatro filhos do casal que migrou do Paraná para o Rio de Janeiro em busca de uma vida mais digna. Sua mãe é dona de casa e seu pai foi auxiliar de serviços gerais durante toda a vida, aposentado pela Compactor com 23 anos de trabalho na fábrica. Os outros entrevistados do sexo masculino começaram a trabalhar na Compactor muito jovens e foram conquistando outros cargos dentro da fábrica e, por isso, puderam proporcionar uma vida consideravelmente melhor para seus filhos. Por outro lado, Rildo, filho do auxiliar de serviços gerais da Compactor e morador do bairro Jardim Iguaçu, enxergava o emprego na fábrica como a melhor opção de alcançar alguma prosperidade. Portanto, aceitando o conselho do pai, ingressou no SENAI aos 14 anos e começou a trabalhar na Compactor com 15 anos.

Apesar de acreditar na família Compactor, sobre a qual ouviu falar desde criança, Rildo tem ciência de que existiam excluídos nessa família. Os benefícios promovidos a partir de uma política assistencialista não eram destinados a todos os funcionários. Ele conta que seu pai não precisou de uma casa no conjunto habitacional, mas que, caso precisasse, lhe seria negado: “essas coisas não eram pra ele não, ele não era operário.” (Entrevista concedida por Rildo Rodrigues Duarte à autora, em julho de 2016). Sabemos que benefícios, como os conjuntos habitacionais, eram distribuídos de acordo com o perfil do funcionário, normalmente casados e com filhos, mas sempre dentro de uma linha hierárquica, onde de fato o auxiliar de serviços gerais ficaria abaixo de todos os operários.

Em contrapartida, Francisco Ferreira da Silva tem uma visão menos romântica do que é ou foi a família Compactor. Para este, Erich Buschle foi um bom patrão, pois tinha total conhecimento do que era produzido na fábrica e, acima de tudo, conseguiu construir uma boa relação com os seus funcionários. O trabalhador entende que o papel do patrão era exatamente aquele. Mas lamenta o fato dele ter deixado parte da produção nas mãos do sobrinho Dieter. Francisco trabalhou a vida inteira na Compactor e, apesar de reconhecer que foi um bom emprego e que lhe rendeu boas oportunidades, demonstra certo ressentimento. O ambiente de trabalho era relativamente bom, mas, no final das contas, o trabalhador sabia que o patrão “não estava nem aí, mesmo” (Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016). O importante era manter a produção funcionando.

Francisco chegou a essa conclusão quando estava próximo de se aposentar. Quando foi dar entrada no processo de aposentadoria, o então encarregado descobriu que poderia ter se aposentado dez anos antes, devido à insalubridade do serviço. O aposentado acredita que o alto nível de estresse na produção e os constantes conflitos com Dieter Buschle contribuíram para que ele se tornasse hipertenso. Por isso, nunca perdoou os Buschle e a Compactor por tê-lo feito trabalhar por dez anos a mais, sem ao menos ter lhe informado que poderia se aposentar antes.

Para Francisco, os patrões agiram de má fé, pois sabiam que ele estava doente e que seu maior desejo era se aposentar. Esse fato junto ao tratamento que Dieter Buschle dava aos operários contribuíram para que Francisco não incentivasse os filhos a trabalharem na Compactor. Apesar disso, o aposentado utilizou seu bom relacionamento com a chefe de Departamento Pessoal, Rachel Calazans, para uma manobra administrativa visando proteger os interesses da sua família. Francisco pediu a Calazans que assinasse a carteira de seus dois filhos para que começassem a contar o tempo de serviço na carteira de trabalho o mais cedo possível. Francisco pagava o valor da previdência todo mês, como se fosse descontado dos salários. Em sua justificativa, o pai afirma que apenas queria que seus filhos não ficassem sem contribuição até que conseguissem um emprego fixo já na maioridade e que não passassem por um processo de aposentadoria tão conturbado como o dele. Francisco torceu para que os filhos estudassem e começassem a trabalhar o mais rápido possível para que a vontade de trabalhar na Compactor não surgisse. O encarregado era questionado a todo tempo o motivo pelo qual seus filhos não trabalhavam na fábrica, sua resposta era sempre a mesma: “Se eu ver vocês fazerem com meus filhos a metade do que eu vejo vocês fazerem

com os filhos dos outros aqui, eu mato o primeiro que fizer.” (Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016).

De fato, percebemos que, em linhas gerais, o projeto de família Compactor, pensado estrategicamente pelos Buschle, foi posto em prática e ficou arraigado no imaginário da população local. No entanto, olhando atentamente, aprofundando a pesquisa e a análise dos depoimentos dos trabalhadores e dos moradores do bairro, percebemos que eles não aceitaram passivamente todas as imposições da “família”. As atitudes dos patrões eram questionadas e reapropriadas de acordo com a visão e o interesse dos trabalhadores, que aprenderam a conviver e utilizar essa postura dos proprietários a seu favor, calculando de que forma a posição de benfeitor de Erich Buschle poderia ser utilizada como instrumento para lhes proporcionar ganhos reais. O projeto idealizado pelos Buschle era ambicioso, e eles acreditavam que através da ideia de família, na qual o patrão representava o pai, seria possível controlar os empregados dentro de uma redoma de passividade. No entanto, basta olhar de forma microscópica para a “família Compactor” para enxergar suas contradições e os motivos pelos quais o paternalismo apresenta fissuras, nas quais os trabalhadores inserem sua agência.

## Nota

1 Para compreender melhor as relações entre fábrica e trabalhadores na Baixada Fluminense conferir Ramalho, 1989; Carvalho, 2015; Ribeiro, 2015; Mello, 2012; Furtado, 2012.

## Referências bibliográficas

CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. **A greve da Bayer Belford Roxo**: ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989). 2015. (Dissertação) Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em História — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

CORREIA, Telma de Barros. Estado e empresas na criação e gestão de vilas operárias e núcleos fabris: parcerias, cooperação e conflitos. **Anais do X Encontro Nacional da Anpur**: Cidade, planejamento e gestão urbana: história das ideias, das práticas e das representações. Belo Horizonte, 2003.

CORREIA, Telma de Barros. Núcleo fabril X cidade livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. **Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas: PUC, 1998.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educs, 2004.

FURTADO, Cristiane Silva. **Tecendo as Redes do Paternalismo**: lazer, identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918). 2012. (Dissertação) Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOPES, José Sérgio Leite Lopes. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Fios da Rede**: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949). 2012. (Tese) Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado-Patrão e luta operária**: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política**: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé (1956-1973). 2015. (Tese) Doutorado em História. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC — Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Cultura de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

Recebido em 02/10/2017

Aprovado em 05/11/2017